

BASTIDORES NEGROS, CENÁRIOS BRANCOS: obstáculos e invisibilidades na difusão de produção negra e africana na mídia brasileira⁵⁶

Nayana Camurça de Lima⁵⁷
Túlio de Souza Muniz⁵⁸

Considerando o recorte raça/cor no Brasil, pretendemos relevar a problemática do acesso da população negra brasileira (54% do total, cf. IBGE 2016) na produção e nos meios de difusão de discursos na mídia – jornalismo, televisão, cinema –, seguindo o conceito de “corporeidade” proposto por Milton Santos:

A corporeidade implica dados objetivos, ainda que sua interpretação possa ser subjetiva; a individualidade inclui dados subjetivos, ainda que possa ser discutida objetivamente. Com a verdadeira cidadania, cada qual é o igual de todos os outros e a força do indivíduo, seja ele quem for, iguala-se à força do Estado ou de outra qualquer forma de poder: a cidadania define-se teoricamente por franquias políticas, de que se pode efetivamente dispor, acima e além da corporeidade e da individualidade, mas, na prática brasileira, ela se exerce em função da posição relativa de cada um na esfera social. (SANTOS, 2000).

A partir da análise de algumas produções da mídia brasileira – nomeadamente no jornalismo e no cinema –, com foco nos últimos dois anos, considerando interpretações de acontecimentos diversos acerca da África e de possibilidades diversas de interseções com o racismo no Brasil, buscaremos a compreensão dos mecanismos envolvidos na elaboração e difusão, na mídia, de discursos estereotipados e subalternizantes.

Propomos ainda a perspectiva interseccional, que considera análises de gênero, raça, cor e classe social somadas à multiplicidade de territórios elencados neste artigo (mídia, gênero, Educação), compreendendo que “a interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos” (CRENSHAW, 2004, p.10).

56. Este artigo é uma versão revista e ampliada de material que serviu de guia para o módulo Racismo e Mídia (Muniz, 2015) no curso Abordagens Políticas, Históricas e Pedagógicas da Igualdade Racial no Ambiente Escolar, Unilab, 2015. Dedicamos este artigo a Matilde Ribeiro, que primeiro nos estimulou a refletir a respeito do tema mídia e racismo. Matilde, querida, nossos beijos, abraços e desejos de força, sempre.

57. Bacharel em Humanidades pela UNILAB (2015), atualmente cursando Licenciatura em Artes Visuais, na Universidade Federal de Uberlândia(UFU). Contato: nayana-28@hotmail.com.

58. Doutor em Pós-Colonialismos e Cidadania Global/ Sociologia pela Universidade de Coimbra, Graduação e Mestrado em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor de História na FACIP / UFU. Contato: túlio.muniz@ufu.br.

Em tempo: aqui não pretendemos assumir ‘lugar de fala’ da população negra, e sim contribuir para evidenciar que a mesma está alijada dos lugares de produção discursiva na mídia. Reconhecemos a relevância do lugar da palavra dos indivíduos, evidenciando a importância da necessidade do espaço de fala por si e possibilidade de serem os protagonistas de suas próprias causas.

Contudo, concordamos e compreendemos, como Sergio Sérgio Costa, que o principal problema social do Brasil é a desigualdade social advinda da questão racial, e que “combater a discriminação racial e seus efeitos significa um salto de melhoria nas condições gerais da sociedade” (COSTA, 2006).

JORNALISMO

Prosseguimos com um debate ocorrido a partir da publicação do artigo de autoria de Ricardo Bonalume Neto, intitulado “‘Acadêmicos’ mais uma vez atribuem ao colonialismo europeu caso de barbárie”, em 16 de Janeiro de 2015, no jornal Folha de S. Paulo.

Bonalume se referia, a esmo, a diversas análises na mídia nacional e internacional acerca do ataque de terroristas ao jornal francês Charlie Hebdo, em Janeiro de 2015, deixando 12 mortos, e perpetrado pelos irmãos Saïd e Chérif Kouachi, mulçumanos franceses de origem argelina, enfurecidos por conta de sátiras do Charlie Hebdo à figura de Maomé.

Com discurso típico de um defensor do colonialismo na África, Bonalume sublinhou: “Os jovens países [da África] até deveriam agradecer aos ‘opressores’ [europeus] por coisas que nunca tinham visto – portos, ferrovias, rodovias, edifícios, escolas, hospitais, luz elétrica, vacinas, antibióticos etc”.

Ecoou, no séc. XXI, a ideologia de ‘longa duração’ (Braudel) anunciada ainda no séc. XIX por Hegel, que em seu texto “Lições sobre a História da Filosofia”, sustentou que a África era composta por sociedades “sem História”.

Anacronismo autêntico, reproduzindo, por exemplo, as concepções de Salazar – ditador português de 1928 a 1968 –, para quem a África seria tributária do colonialismo, a quem

supostamente deveria “o contato com a civilização cujos segredos lhes desvendou e colocou a seu dispor”, e de Marcelo Caetano, braço direito e sucessor de Salazar, para quem os africanos não souberam

“valorizar sozinhos os territórios que habitam há milênios, não se lhes deve nenhuma invenção útil, nenhuma descoberta técnica aproveitável, nenhuma conquista que conte na evolução da humanidade, nada que se pareça ao esforço desenvolvido nos domínios da Cultura e da Técnica pelos europeus ou mesmo pelos asiáticos” (Apud ALEXANDRE, 1995, pg. 48).

O artigo de Bonalume foi também uma provocação ao pensamento e à academia. Além de generalizar e subalternizar o espaço africano contemporâneo, tomando-o todo por ‘mulçumano radical’, Bonalume disparou contra análises intelectuais acerca das motivações do ataque ao Charlie Hebdo. Em determinado trecho de seu artigo, afirma: “E muitos dos ‘acadêmicos’ dando declarações são, infelizmente, brasileiros (o que claramente revela a decadência da universidade no país na área de humanidades). Eles não pensam? A ideologia turvou o pouco cérebro que ainda resta? Nenhum repórter consegue achar um professor universitário sensato?”.

Dois dias depois da publicação do artigo de Bonalume, Jânio de Freitas, decano do jornalismo brasileiro, membro do conselho editorial da Folha de S. Paulo – criticou-o, severa e pertinentemente:

No Brasil distante dos acontecimentos, e menos do que secundário em suas conceituações, as divergências foram infiltradas por agressividades que não se mostraram nem nos centros europeus da discussão obsessiva. Não por acaso, claro. Oportunidade para afirmações assim: “Os jovens países [da África] até deveriam agradecer aos ‘opressores’ [europeus] por coisas que nunca tinham visto”. Pois é, ainda um defensor do colonialismo genocida na África (FREITAS, 2015).

Exceto pela reprimenda de Freitas, pouco se leu em contraponto a Bonalume⁵⁹, seja na mídia, seja na academia. Sinais, talvez, da dificuldade que há, também na academia brasileira, de superar a busca de análises holísticas, que visam compreender a África numa suposta totalidade histórica e cultural, sem considerar suas diferenças, diversidades e especificidades étnicas, religiosas, lingüísticas e tantas outras. Conforme admitem Pantoja e Thompson, em África contemporânea em cena. Perspectivas

interdisciplinares: “Definir com precisão os contornos das culturas africanas é tarefa impensável” (Apud CHURMANS, 2016, pg 161).

Essa pretensão holística também presente entre acadêmicos brasileiros, foi devidamente criticada por Schurmans:

Tal propósito só era pensável justamente na mente da epistemologia europeia pronta a generalizar ao nível do continente o que era observado num lugar em particular. Os autores admitem que as noções de negritude, resistência ou ainda nacionalismo devem ser “aprofundadas”. De facto, sem contextualização cultural e histórica, as noções em questão não permitem ao receptor perceber o seu papel fulcral no contexto descrito (SCHURMANS, idem).

Ocorre que tanto a mídia brasileira quanto discursos de matriz eurocêntrica mantêm e naturalizam a interpretação hegeliana acerca de África. Discurso que Schurmans chama de “texto africanista” – ou apenas “o Texto” –, o qual “continua a enclausurar o preto (nègre ou nigger, muda a língua permanece o insulto) na sua pobre e triste representação” (SCHURMANS, 2008).

Outro exemplo recente do “Texto” africanista na mídia brasileira: a abordagem, na mídia, à epidemia de ebola na África Ocidental, no segundo semestre de 2014.

Em muitos meios de comunicação, sobretudo a TV aberta, se destacou que um dos países mais atingidos foi “a Guiné”, sem localizar que se tratava da Guiné-Konacry, e não da Guiné-Bissau, com a qual o Brasil mantém relações estreitas (sobretudo com a presença, no Ceará e na Bahia, de centenas de estudantes guineenses nos campus da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Luso Brasileira, a UNILAB).

As diferenciações entre as duas Guinés, quando ocorreram, foram mais por iniciativas de intelectuais do que da mídia⁶⁰. O ebola – tal qual a chicungunha – é, no imaginário nacional, “doença de toda África”, graças à cobertura superficial da mídia brasileira. Uma interpretação incorreta. A epidemia de ebola de 2014 ocorreu em alguns países da África Ocidental, sendo que muitos deles erradicaram a doença (Mali, Nigéria, etc.), e outros tantos sequer registraram casos, como sucedeu na própria Guiné-Bissau, que adotou um eficaz método de barreiras sanitárias.

60. Nesse sentido, foi esclarecedor artigo do historiador e professor da UNILAB, Américo Souza, publicado no jornal O POVO, intitulado “Doença deles? Ignorância nossa”, in <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/2014/10/25/>

Cabe entender porque a mídia brasileira dá azo a tais afirmações, circunscrevendo no espectro do “atraso” e da “barbárie” suas análises e abordagens acerca de toda África contemporânea – o grifo é necessário –, o que gera problemas hoje na integração Sul-Sul. E cabe, sobretudo, combater discurso de ‘especialistas’ como Bonalume.

São os “especialistas” os responsáveis pela “fabricação de consentimentos” a serem veiculados pelos meios de comunicação para determinar a maneira de agir de determinado contexto social. Aos “especialistas” cabe a fabricação de entretenimento, de “ilusões necessárias e ultrassimplistas” (CHOMSKY, 2009).

Os “especialistas” crescentemente ocupam, na mídia brasileira, o lugar dos intelectuais, que nem sempre enfrentam o desafio de, primeiro, não se transmutarem em “especialistas”, e, segundo, não se omitirem de ocupar espaço nos meios de comunicação.

Devem ser os intelectuais a questionar o nacionalismo patriótico, o pensamento corporativo e um sentido de privilégio de classe, de raça ou de gênero. A universalidade significa correr o risco de ir para além das certezas fáceis que nos são fornecidas pelas nossas circunstâncias, pela língua e pela nacionalidade, que tão frequentemente nos protegem da realidade dos outros. Há o perigo de a figura ou imagem do intelectual desaparecer num mar de pormenores, e de o intelectual se transformar em apenas mais um profissional ou num número de uma tendência social. O intelectual é um indivíduo com um papel público específico na sociedade, que não pode ser reduzido simplesmente a um profissional sem rosto, um membro competente de uma classe que apenas trata da sua vida (SAID, 2000, pgs. 16-18).

Os territórios pantanosos da chamada ‘grande mídia’ compõem uma territorialidade que está para além do geográfico, que emite seu discurso a partir de raros centros urbanos de dominação mercantil e financeira, e cuja propriedade é concentrada em mãos de grandes corporações ou oligopólios comerciais e familiares. Ao combatê-la, ampliamos as reflexões acerca de contextos complexos da contemporaneidade, extrapolando opiniões tanto largas quanto rasas, como são as de determinados jornalistas e “especialistas”.

61. Enquanto concluíamos a versão final deste artigo, um caso grave de expressão de racismo grassou no telejornalismo brasileiro, em Nov/2017, por parte de William Waack, da Rede Globo. Dada sua atualidade, e por ele estar em curso, optamos por acompanhá-lo mas não abordá-lo aqui. Para saber mais: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/muito-alem-do-cidadao-waack-o-racismo-estrutural-na-midia-brasileira>.

O RACISMO NA PRODUÇÃO MIDIÁTICA BRASILEIRA.⁶¹

Cabe a pergunta: a longa duração da abordagem racista da mídia brasileira acerca da África, e da própria população negra brasileira, não será um prolongamento do “discurso nacional racialista” (Milton Santos) que se mantêm dentro do próprio país?

Aqui, o fato de que o trabalho do negro tenha sido, desde os inícios da história econômica, essencial à manutenção do bem-estar das classes dominantes deu-lhe um papel central na gestação e perpetuação de uma ética conservadora e desigualitária. Os interesses cristalizados produziram convicções escravocratas arraigadas e mantêm estereótipos que ultrapassam os limites do simbólico e têm incidência sobre os demais aspectos das relações sociais. Por isso, talvez ironicamente, a ascensão, por menor que seja, dos negros na escala social sempre deu lugar a expressões veladas ou ostensivas de ressentimentos (paradoxalmente contra as vítimas). Ao mesmo tempo, a opinião pública foi, por cinco séculos, treinada para desdenhar e, mesmo, não tolerar manifestações de inconformidade, vistas como um injustificável complexo de inferioridade, já que o Brasil, segundo a doutrina oficial, jamais acolhera nenhuma forma de discriminação ou preconceito” (SANTOS, 2000).

‘Treinamento’ esse que advém da ausência da população negra nos lugares privilegiados de enunciação, como são a televisão, o jornalismo e cinema.

Em 2012, uma pesquisa apontou que, entre 2.731 jornalistas, apenas 5% se declararam negros, e apenas 18% se declararam pardos, ou seja, 23% dos jornalistas se reconhecem como afrodescendentes⁶².

JORNALISTAS BRASILEIROS POR COR/RAÇA (2012).

BRANCA	PRETA	PARDA	AMARELA	ÍNDIGENA	OUTRA
72%	5%	18%	2%	1%	2%

62. Perfil do Jornalista Brasileiro, coleta de dados online, por telefone e e-mail, entre 25 de setembro e 18 de novembro de 2012. Projeto elaborado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em convênio com a Federação Nacional dos Jornalistas (FENARJ), in http://www.fenaj.org.br/reinstitu/pesquisa_perfil_jornalista_brasileiro.pdf

Entre os jornalistas que se declaram graduados, 61,2% se formaram no ensino privado (cf. UFSC/FENARJ), ou seja, pago, de difícil acesso à população de baixa renda, na qual negros e pardos compõem 65% da população pobre (cf. IBGE, 2010).

As estatísticas acima levam à melhor compreensão do porque da presença de discursos do tipo 'Texto' africanista, em sua relação com a ausência dos negros nos meios de comunicação. Em minoria, são menos produtores do que receptores de discurso. No jornalismo brasileiro, assistimos o que produzem os olhares (em) branqueados.

Nesse quesito, expomos dois casos.

Primeiro, uma observação ao longo dos primeiros meses de 2015, de Janeiro a Abril. Tratou-se da assistência de duas edições diárias de um programa de telejornalismo específico (o BA TV), emitido de segunda a sábado, pela emissora TV Bahia, afiliada à Rede Globo, na região brasileira com maior concentração de população negra, o Recôncavo Baiano. Apesar de ter sido um brevíssimo exercício de observação não-estruturada, confirmamos o já citado até aqui.

Levando ao ar diariamente em duas edições, às 13h e às 19h30, o BA TV é emitido a partir da matriz da emissora, baseada na capital baiana, Salvador, cuja população é majoritariamente negra (80%, cf. IBGE, 2012). A edição vespertina do telejornal é, geralmente, apresentada por uma dupla de jornalistas, e à noite por um/a jornalista 'âncora'. Durante os quatro meses nos quais cumprimos a observação direta, em momento algum o telejornal foi apresentado por jornalista negra ou negro.

A desproporcionalidade refletiu-se também na observância do gênero de trabalhadores e trabalhadoras (repórteres), onde apenas uma mulher negra aparecia eventualmente. No programa de jornalismo esportivo que segue a edição vespertina, o Bahia Esporte, também focado na maioria dos dias de assistência ao BA TV, nenhum dos apresentadores era negro ou negra, e eventualmente aparecia um repórter negro entre os demais.

Também causou alguma sensação e debate a presença constante, a partir de Abril de 2015, da jornalista Maria Júlia Coutinho como apresentadora do quadro de meteorologia no telejornal (ainda) mais assistido na TV brasileira, o Jornal Nacional, da Rede Globo. A 'novidade' foi o fato de a jornalista ser negra, o

que de toda forma é relevante, considerando que apenas outros três jornalistas negros e negras ocuparam lugar de destaque no mesmo telejornal desde que ele foi ao ar a primeira vez, há 45 anos.

Até 2015, a própria Rede Globo, em rede nacional, tinha em seus quadros apenas outros cinco repórteres negros: Glória Maria, Heraldo Pereira e Zileide Silva, Dulcinéia Novais e Abel Neto.

Há que se considerar que, no caso do telejornalismo, há negros atuando nos ‘bastidores’, trabalhando como produtores e redatores. Como tais, podem ter acesso a mecanismos da produção discursiva que visem fortalecer o anti racismo. Entretanto, ao fim e ao cabo, seu trabalho passa pelos filtros dos editores e proprietários da mídia, e não há notícia de que alguma pessoa negra detenha concessão pública de canal de televisão ou proprietário de jornal ou revista de grande circulação no Brasil.

A imposição dos padrões de branquitude na mídia e o alijamento das pessoas negras como protagonistas principais na mídia brasileira são ainda mais graves se observarmos o quadro de apresentadores de programas de TV. Uma pesquisa recente, de 2017, demonstra que, nas grades de programação das maiores emissões a partir de São Paulo, não passam de 4% a presença de apresentadores negros, e há entre as emissoras pelo menos uma – o Sistema Brasileiro de Televisão, SBT – que não registra um negro ou uma negra sequer entre seus apresentadores. E entre os 26 controladores da mídia eletrônica no país, nenhum é uma pessoa negra⁶³.

Em tempo: é preciso notar que, quando se dá a presença constante de negros e negras como apresentadores, como protagonistas e não meros coadjuvantes, ela ocorre sobretudo em canais de TV a cabo (paga) ou públicos (programa Espelho, apresentado por Lázaro Ramos, no Canal Brasil; na TV Cultura, Adriana Couto, uma das apresentadoras do programa Metrópolis, e o programa semanal Manos e Minas, entre outros poucos).

Para relevar a invisibilidade da população negra na mídia, cabe manter a pergunta: não se trata, ainda, do problema da “corporeidade”, levantado por Milton Santos?

Parece evidente que sim, pois, Segundo Santos:

63. In <http://brazil.mom-rsf.org/br/midia/>

No caso brasileiro, o corpo da pessoa também se impõe como uma marca visível e é frequente privilegiar a aparência como condição primeira de objetivação e de julgamento, criando uma linha demarcatória, que identifica e separa, a despeito das pretensões de individualidade e de cidadania do outro. Então, a própria subjetividade e a dos demais esbarram no dado ostensivo da corporeidade cuja avaliação, no entanto, é preconceituosa. (...) No Brasil, onde a cidadania é, geralmente, mutilada, o caso dos negros é emblemático. Os interesses cristalizados, que produziram convicções escravocratas arraigadas, mantêm os estereótipos, que não ficam no limite do simbólico, incidindo sobre os demais aspectos das relações sociais. Na esfera pública, o corpo acaba por ter um peso maior do que o espírito na formação da socialidade e da sociabilidade. (...) Sem dúvida, o homem é o seu corpo, a sua consciência, a sua socialidade, o que inclui sua cidadania. Mas a conquista, por cada um, da consciência não suprime a realidade social de seu corpo nem lhe amplia a efetividade da cidadania (SANTOS, 2000).

Pode-se concluir que a ausência massiva dos negros nos espaços de produção e difusão discursiva seria também um dos fatores que facilitaram as graves manipulações de massas como os que vimos recentemente, com manifestações de rua convocadas e estimuladas pela mídia que visaram, com sucesso, a deposição de Dilma Rousseff em 2016. Na manifestações houve a presença de uma imensa maioria branca que, supõe-se, não se via como beneficiária direta das políticas de distribuição de renda implantadas a partir de 2003 pelo governo federal.

Essa manipulação embasou um golpe que a mídia brasileira apregoava abertamente, sem meias palavras, nesta última década, conforme deixou claro, em 2010, Judith Brito, executiva da Folha de S. Paulo, então presidente da Associação Nacional dos Jornais (ANJ): “Na situação atual, em que os partidos de oposição estão muito fracos, cabe a nós dos jornais exercer o papel dos partidos. Por isso estamos fazendo”.

O Golpe, sabemos, foi levado a cabo em Setembro de 2016, com o impeachment de Dilma Rousseff, substituída por Michel Temer que, aliás, compôs um governo sem a presença de mulheres e de negros.

CINEMA NEGRO (BRASILEIRO E AFRICANO) NO BRASIL

Foi somente após 2014 que o cinema, via emenda à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) sob a Lei 13.006, passou a ser considerado como ferramenta pedagógica relevante no Brasil.

A emenda foi mais um dos tantos acréscimos tardios à LDB, como foram as Leis 10.639/2003 e a 11.645/2008, que estabeleceram como obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

Pela emenda 13.006/2014, toda escola, de todos os níveis de ensino, devem dedicar ao menos duas horas semanais à exibição de filmes, algo, sabemos, distante da realidade de um país que viu declinar a cultura de consumo cinematográfico. O Brasil contava com mais de 3,5 mil salas de cinema anos de 1970, salas fora dos grandes centros comerciais – de número restrito à época. Nos anos de 1990 registrou-se uma queda para 1.300 salas. Hoje cresce esse número, chegando a 3 mil em 2016 (cf. ANCINE – Agência Nacional de Cinema, Jan/2017), estando amaioria confinadas nos chamados “multiplex” dos shopping-centers, ambientes de segregação racial pelo quesito socioeconômico.

Se as dificuldades de acesso à produção cinematográfica são amplas e complexas pela limitação dos espaços apropriados, elas são ainda maiores em se tratando de produções nacionais ou de produções países periféricos frente aos chamados blockbuster, produções invariavelmente norte-americanas que hegemonizam as telas disponíveis no Brasil. Em se tratando de cinema africano, é uma nulidade o espaço destinado pelas salas convencionais. A difusão de obras africanas se circunscreve às Mostras Acadêmicas⁶⁴ e outras raras – e importantes – iniciativas.

Para além das Mostras Acadêmicas, é notável o crescimento de interesse pela compreensão da invisibilidade do cinema africano no Brasil.

Um exemplo recente é a tese de mestrado de Marina Oliveira Felix de Mello Chaves, apontando para possíveis interseções das narrativas cinematográficas de países africanos de língua oficial portuguesa – mas também outros – com o contexto da produção brasileira.

“Cinema africano não tem que ser nomeado somente como africano, ele tem que ser considerado cinema”, afirma ao reforçar que, na sua opinião, temos que inverter um pouco essa relação de que o cinema africano foi resultado apenas de influências externas. ‘Eles têm sua carga própria e uma força narrativa que pode enriquecer muito os outros’, reforça, ao finalizar com a crença de que assistir mais filmes como os que analisou pode nos ajudar ‘a mudar o nosso olhar’, reforçando que, apesar de separados por um oceano, não estamos tão distantes”.⁶⁶

64. Estas são várias – UFC/Unilab, UFRB, UFBA, UFRGS, USP, UFU etc –, não havendo aqui espaço para elencá-las todas, mas fica a sugestão para elaboração dum estudo de levantamento específico e detalhado acerca de cada uma delas

65. É preciso notar a passagem efervescente, entre nós, de Mahomed Bamba (in memorian), ele que, junto a Alessandra Meleiro, organizou o importantíssimo livro “Filmes da África e da diáspora objetos de discursos” - Salvador, EDUFBA, 2012, acessível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16758/1/filmes-da-africa-e-da-diaspora.pdf>.

66. Maiores detalhes in <http://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/cinema-africano-pode-aumentar-integracao-entre-falantes-de-portugues/>.

Aqui talvez caiba estabelecer a mesma analogia que propusemos na produção de discurso jornalístico, com referência na corporeidade, no que se refere à restrita participação de negros e negras na produção cinematográfica nacional, que talvez se reflita na não-difusão de cinema negro e africano no Brasil.

Em artigo recente, MONTEIRO (2016), abordando a pesquisa “A cara do cinema nacional: perfil de gênero e cor dos atores, diretores e Inter com”, que analisou filmes de maior bilheteria no país entre os anos de 2002 a 2012, desvenda resultados e cruzamentos interessantes.

O objetivo era averiguar como se manifestava a diversidade de cor e identidade de gênero nesse campo. A pesquisa apontou que dos filmes analisados, 84% dos diretores são homens e brancos, 13% dos diretores são mulheres de cor branca e apenas 2% dos diretores são homens e negros. Não foi identificada nenhuma diretora mulher e negra. Entre a função de roteirista, segue a discrepância: homens de cor branca representa 74% das produções, enquanto mulheres de cor branca ocupam 26% e apenas 4% dos roteiristas são homens negros. Novamente, entre os filmes analisados não há mulheres negras na função de roteirista. E a desigualdade se mantém quando os dados se referem à presença de atores e atrizes em produções cinematográficas. A pesquisa concluiu que 80% do elenco é de cor branca. E como pontuado acima, mesmo a população negra sendo maioria, os negros aparecem em apenas 31% dos filmes. Quase sempre caracterizado a partir de estereótipos associados à pobreza ou à criminalidade MONTEIRO (2016).

Com pertinência, Monteiro vai lembrar Orlando Senna, que já em, 1979, afirmava:

E aqui atingimos um ponto capital no relacionamento Cinema-Negro: por que não existe um discurso Negro no cinema, enquanto este discurso se realiza (em maior e menor grau) na música, na dança, no teatro (a experiência de Abdias do Nascimento) e na literatura? (...) O único meio para que um discurso Negro seja articulado no Cinema Brasileiro: a tomada, pelos próprios negros, de uma parcela de decisão na complexa engrenagem cinematográfica – capitalista, industrial e fechada”. (SENNA, 1979, p. 226, apud MONTEIRO, 2016).

Acreditamos ser pertinente e cabível aqui, uma reflexão ainda mais aprofundada, acerca da interseção entre cinema negro brasileiro e gênero.

Se são poucos os cineastas negros homens – cabe destacar Cajado Filho, Haroldo Costa, Zózimo Bulbul, Waldyr Onofre, Antônio Pitanga, Odilon Lopes e Agenor Alves –, são ainda em menor

número a cineastas negras brasileiras frente à produções do tipo 'longa metragem'.

Apenas em 2017 Viviane Ferreira, tornou-se a segunda cineasta negra a dirigir um longa metragem no Brasil. A primeira foi a veterana Adélia Sampaio, que em 1983, dirigiu o longa *Amor Maldito*.⁶⁷

Raros são também os filmes que têm atrizes negras como protagonistas principais, o que remete a um debate pertinente, também relacionado à corporeidade, acerca da imposição de padrões de 'beleza' da mulher. Pertencer ao sexo feminino significa, nas relações sociais e econômicas, ter uma série de desvantagens em relação ao sexo oposto, conclui Saffioti (1987) em uma desconstrução dos mitos criados para justificar a subordinação feminina, como a força física e capacidade intelectual.

Para Simone de Beauvoir, em "O Segundo Sexo" (1970), essas desvantagens surgem da inclinação do Homem a dominação do outro. Para se afirmar como sujeito, um necessita se opor ao outro, e então a dominação acontece. Dentro da própria especificidade de ser mulher, existem estruturas que se subordinam a outras, em relações de idade, classe, raça e cor.

Enquanto eles gozavam de participação plena em sociedade, a elas foram incutidas atividades de cuidados com o lar, filhos e família. Com a abertura do mercado de trabalho e consumo para elas, segundo Naomi Wolf, outro freio lhes foi imposto, o da aparência. "À medida que as mulheres se liberaram da mística feminina da domesticidade, o mito da beleza invadiu esse terreno perdido, expandindo-se enquanto a mística definhava, para assumir sua tarefa de controle social" (WOLF, 1992, pgs. 13-14).

É sabido que ser mulher implica em diversas situações desvantajosas. Somando-se a outras categorias discriminadas e marginalizadas, aumentam-se situações de exclusão e relações conflituosas, como ser mulher mais velha, negra, pobre, homossexual, transexual, etc. Em uma sociedade que prioriza o capital e a produtividade, a aparência torna-se uma porta de acesso ou uma forma de exclusão de pessoas.

As demandas femininas que emergem na sociedade brasileira são diferentes para as mulheres em geral, e são ainda maiores para as mulheres negras, que têm sua inserção restrita mesmo

67. Ver entrevista com Viviane Ferreira in <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/viviane-ferreira-a-segunda-negra-a-dirigir-um-longa-no-brasil>

no meio artístico – aqui, no caso, da produção audiovisual, já que as mulheres brancas, mesmo dentro de um sistema opressor e machista, têm mais vantagens do que as negras e mais oportunidade de ascensão social, como debate SILVA (2013) sobre a importância do reconhecimento da multiplicidade dos sujeitos em aspectos menos superficiais que não visualizam apenas os privilegiados:

A distribuição de recursos na sociedade é profundamente marcada pela condição de raça e gênero dos indivíduos. O debate tradicional sobre as desigualdades de gênero não raro obscurecia a heterogeneidade dos grupos de mulheres, dando centralidade às questões enfrentadas pelas mulheres das classes dominantes. O reconhecimento da diversidade das experiências, especialmente a partir da introdução da variável étnica e racial, permitiu aproximações para incorporar, à perspectiva feminista, a complexidade da realidade das mulheres, dos papéis que assumem e das expectativas a elas direcionadas. (SILVA, 2013, pg.109).

Sabe-se que, quanto mais elementos estigmatizados se cruzam, mais os sujeitos tendem a serem excluídos ou mais descrédito é dado a eles. Então, a realidade das mulheres pode variar se se considerar a condição de mulher negra. As mulheres negras e pobres estão em desvantagens em relação às brancas em muitos aspectos, principalmente no que se refere à escolaridade, ao emprego, ao acesso a sistemas de saúde, e são a maioria das vítimas de violência. E aqui novamente se impõe a questão da corporeidade relacionada ao padrão de beleza.

A pressão para a manutenção da aparência jovem e bonita criou preconceitos em relação à imagem. Cabe ressaltar que foi criado um padrão ideal de beleza que não contempla nem abrange a todas as múltiplas formas das mulheres, e o seu alcance beira o impossível, o que estimula a busca e aumenta o lucro de seus idealizadores.

O padrão ideal de beleza é branco, magro e jovem e não afeta os sexos do mesmo modo. Destarte, cabe ressaltar a importância da participação das mulheres em suas diversas formas de ser e parecer, no circuito artístico, de cinema e mídia em geral, em papéis de protagonismo no sentido de dar visibilidade às multiplicidades e possibilidade de construção de orgulho da identidade e cultura negra.

Em um país de maioria negra que não está presente nos principais meios de informação e produções audiovisuais, acabam sendo gerados conflitos que se refletem nas relações sociais e pessoais

dos sujeitos, como a negação e inferiorização dos mais diversos elementos que englobam a construção do sujeito, tais como o alisamento do cabelo cacheado/afro, procura por tratamentos e/ou cirurgias e procedimentos estéticos que prometem aproximação com o “ideal de beleza branca” estabelecido, padrões que afetam, como já mencionado, em maior escala as mulheres.

Se enxergar no outro é importante para a consciência de si:

A identidade negra é entendida como um processo construído historicamente em uma sociedade que padece de um racismo ambíguo e do mito da democracia racial. Como qualquer processo identitário, ela se constrói no contato com o outro, no contraste com o outro, na negociação, na troca, no conflito e no diálogo. (GOMES, 2016 p.42)

Na produção audiovisual, aumentar a presença e o olhar de mulheres negras na atuação, direção e produção de obras pode vir a combater a construção e perpetração de estereótipos e valorizar, cultura, identidade e diversidade negra junto ao público consumidor dessas produções. Importante ressaltar que o problema do racismo no Brasil é muito mais abrangente e afeta diretamente homens, mulheres e pessoas que não se identificam com nenhum gênero.

EDUCAÇÃO

Tardios, contudo, necessários, os atos legais visam ampliar direitos de minorias no ambiente escolar e na sociedade em geral, o que ocorre a passos lentos no Brasil. O país de desigualdades, sobremaneira quando se considera o recorte raça/cor, nos obriga manter a perspectiva crítica à mera elaboração de leis, conforme Antônio Sérgio Guimarães:

“As elites brasileiras — os proprietários, empresários, intelectuais e classes médias — representam diariamente o compromisso (comédia, farsa?) entre exploração selvagem e boa consciência. Elas podem se orgulhar de possuir a Constituição e a legislação mais progressistas e igualitárias do planeta pois as leis permanecem, no mais das vezes, inoperantes” (GUIMARÃES, 1995, pg. 42).

Em que pese a importância dos avanços nesses 14 anos de vigência da Lei 10.639, o abismo ainda é imenso entre brancos e negros no Brasil.

Em 2005, um ano após a implementação de ações afirmativas, como as cotas, apenas 5,5% dos jovens pretos ou pardos na classificação do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e em idade universitária frequentavam uma faculdade. Em 2015, 12,8% dos negros entre 18 e 24 anos chegaram ao nível superior, segundo pesquisa divulgada hoje (2) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Comparado com os brancos, no entanto, o número equivale a menos da metade dos jovens brancos com a mesma oportunidade, que eram 26,5% em 2015 e 17,8% em 2005.⁶⁸

No ensino fundamental e médio, a desigualdade também diminuiu, mas segue sendo imensa:

IBGE, 2016: De acordo com o levantamento, a taxa de analfabetismo é de 11,2% entre os pretos, 11,1% entre os pardos, e 5% entre os brancos. Até os 14 anos de idade, as taxas de frequência escolar não variam muito entre as populações. No entanto, a partir dos 15 anos as diferenças se destacam: enquanto, entre os brancos, 70,7% dos adolescentes de 15 a 17 anos estão no ensino médio, entre os pretos e pardos este número cai para 50,5% e 55,3%, respectivamente. No terceiro ano do ensino médio, a diferença é ainda maior a partir da análise da aprendizagem dos conteúdos. Segundo o estudo, 38% dos brancos; 21% dos pardos; e 20,3% dos pretos têm o aprendizado adequado em Língua Portuguesa. Em matemática, 15,1% dos brancos; 5,8% dos pardos e 4,3% dos pretos têm o aprendizado adequado.⁶⁹

Outro balanço recente demonstra que, apesar dos avanços pelo sistema de cotas, apenas 11% dos estudantes e apenas 1% dos docentes das universidades públicas são negros (IPEA, 2014).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2015, constatou que “mais da metade da população brasileira é negra (soma daqueles que se declaram pretos e pardos)”. A porcentagem, no entanto, não se repete em espaços como a academia.

A PNAD mostrou que 0,19% da população do país cursa mestrado ou doutorado. De um total de 387,4 mil pós-graduandos, 112 mil são negros – menos da metade dos 270,6 mil brancos”.

Há avanços, é certo. A mesma pesquisa PNAD demonstra que o número de estudantes negros (pretos e pardos somados) cresceu consideravelmente entre 2001 e 2013: saltou de 48,5 mil para

68. IBGE2016, in <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-12/percentual-de-negros-em-universidades-dobra-mas-e-inferior-ao-de-brancos>

69. IBGE, 2016, in <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/educacao-reforca-desigualdade-entre-negros-e-brancos>.

112 mil. Entre os pretos, o número saltou de 6 mil para 18,8. Talvez daí venha a resultar, a médio e longo prazo, um aumento na presença de negros e negras como educadores, o que será importante, se concordarmos com Nilma Gomes:

Os valores que são transmitidos aos alunos/as dentro do ambiente escolar não são apenas aqueles pertinentes à questão de classe social. São também raciais e de gênero. (...) As teorias racistas presentes no cotidiano escolar e na sociedade não surgiram espontaneamente, nem são meras transposições de pensamento externo. Elas sofrem um processo de retroalimentação, e terminam por legitimar o racismo presente no imaginário social e na prática social e escolar (...). Falar em relações raciais e de gênero, discutir as lutas da comunidade negra e dar visibilidade aos sujeitos sociais não implica em um trabalho a ser realizado esporadicamente. Implica em uma nova postura profissional, numa nova visão das relações que perpassam o cotidiano escolar e a carreira docente, e ainda, no respeito e no reconhecimento da diversidade étnico-cultural. Representa a inclusão nos currículos e nas análises sobre a escola desses processos constituintes da dinâmica social, da nossa escola e da prática social (GOMES,1996, pgs.68 e 81).

Na questão do acesso a educação, o Brasil aparentemente superou as barreiras de sexo. As mulheres estão em maioria no ensino formal, tanto na educação básica, como no ensino superior. Entretanto, como destaca Fúlvia Rosemberg (2001), apesar de o ensino formal ter abrangido em quantidade as mulheres, devemos atentar para as especificidades dentre esses ganhos, pois esse tipo de balanço, apenas superficial e geral, é insuficiente para a criação de políticas públicas que possam reverter outras formas de desigualdades como são as presentes, por exemplo, nas questões de raça, cor e classe social.

Ora, se o sistema educacional brasileiro, como o de vários outros países do mundo subdesenvolvido, apresenta igualdade de oportunidades para os sexos no tocante ao acesso e permanência no sistema, ostenta intensa desigualdade associada ao pertencimento racial e à origem econômica. (ROSEMBERG, 2001, pr.518)

Segundo levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA,2014) sobre as diferenças do acesso de mulheres brancas e negras ao ensino superior, as brancas contavam com a taxa de 23%, enquanto as negras, apenas 9,9%. Pode ser importante observar e compreender que os conflitos vivenciados pelas mulheres no ambiente universitário variam de acordo com o seu pertencimento social e sua cor. .

Persiste, portanto, o problema da desigualdade de gênero, onde a questão da interseccionalidade se impõe também em todos os níveis de ensino. Assim como a mídia, a escola é lugar onde

a presença da mulher negra é minoritária. Em todo o corpo docente da maior universidade pública do país, a Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, consta apenas uma professora negra, na Faculdade de Direito. A USP esteve, até 2017, entre as universidades que não adotaram o sistema de cotas para ingresso de estudantes negros.

Um estudo interseccional aprofundado, que considere a importância das cotas e as mudanças ocorridas em um país racista, é importante para, além do aspecto da cor, combater diferenças também nos aspectos de gênero e pertencimento social.

Ao sobrepor o grupo das mulheres com o das pessoas negras, o das pessoas pobres e também o das mulheres que sofrem discriminação por conta da sua idade ou por serem portadoras de alguma deficiência, vemos que as que se encontram no centro – e acredito que isso não ocorre por acaso – são as mulheres de pele mais escura e também as que tendem a ser as mais excluídas das práticas tradicionais de direitos civis e humanos (CRENSHAW, idem).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos num país onde uma “branquitude acrílica”, “ressentida” (cf. CARDOSO, 2014) escancara a precariedade institucional herdada do patrimonialismo racista da colônia, do Império e da ditadura militar, é presente na mentalidade coletiva nacional. Um país onde vigora o que Foucault chamou de “racismo de Estado”. A saber: “um racismo que uma sociedade vai exercer sobre ela mesma, sobre seus próprios elementos, sobre os seus próprios produtos; um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social” (FOUCAULT, 2005, pg.73).

Cruzamentos de outras estatísticas comprovam um viés nefasto.

Na mesma proporção em que 72% dos jornalistas brasileiros são brancos, praticamente o mesmo percentual de negros (70%) compõe a maioria dos considerados indigentes (ou seja, os 10% dos mais pobres no total da sociedade). Também na casa dos 70% do total do mercado de trabalho feminino (que ao todo é de 40% da mão de obra ativa, cf. IPEA) estão as mulheres negras que são trabalhadoras domésticas.

No quesito ‘homicídios’, entre 2002 e 2012 foram assassinados, no Brasil, 555.884 pessoas. “Do total de indivíduos vítimas de homicídio no período, 62,2% (345.885) eram pretos e pardos e 31,1% (172.419) eram brancos”(LAESER/UFRJ, 2014).

E enquanto apenas 15% dos via sentenças expedidas por juízes majoritariamente brancos – 61,6% são negros (cf. Ministério da Justiça, 2014).

Um descompasso diante da história do país no qual os negros, desde as primeiras contagens demográficas (séc. XVIII) e dos primeiros recenseamentos, constituem a maior parte da população. Em 1798, quando do primeiro recenseamento, os negros já correspondiam à metade da população. A partir do senso seguinte, em 1817, a proporção de negros aumentou e jamais voltou a ser menor do que a de brancos, o que foi confirmado pelo primeiro censo da República, e pelo mais recente, de 2010, conforme tabela abaixo.

ANO	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO NEGRA
1798	3,3 MILHÕES	1,6 MILHÃO
1817	3,6 MILHÕES	1,9 MILHÃO
1890	16 MILHÕES	9 MILHÕES
2010	190 MILHÕES	104 MILHÕES

Fontes: IBGE/2010 e ZAMPARONI, 1995.

A ausência e exclusão de negros e negras nos espaços de produção de conhecimento e de discurso jornalístico e midiático em geral, é mais um fator de necessidade de se combater o racismo no Brasil, passando pela regulação da mídia eletrônica, e de manter permanente perspectiva crítica quanto a ausência de negros e negras na produção áudio-visual.

Todos os dias convivemos com discursos legitimadores da violência institucional e policial que, não por acaso, incidem, sobretudo, na população negra.

A democratização dos meios de comunicação e a regulamentação da mídia (em vigor na Inglaterra, Portugal, mesmo nos EUA, em diferentes níveis), aqui é tratada como “atentado à liberdade de expressão”, e protelada, senão mesmo abandonada, pelas autoridades. Liberdade para quem, além dos que detêm o controle empresarial e estatal da mídia? Segue pelo mesmo caminho errático a produção e difusão de cinema alternativo, incluso o cinema negro, seja nacional ou estrangeiro.

A mídia brasileira, nos campos aqui abordados, é também território desse combate, visando a superação das desigualdades numa sociedade que somente irá superar seus problemas ao se assumir racista. Portanto, urge a necessidade de se ver aumentar a presença de negros e negras também nos lugares de produção midiática, de conhecimento e de pensamento. Quiçá assim consolidamos “a posibilidad de observar la realidad com ojos negros” (Iniesta 2001, pg. 28)”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Valentim, A África no imaginário político português (séculos XIX-XX), Penelope, 15, Lisboa, pgs. 39-52, 1995.

BEAUVOIR, Simone de, O segundo sexo. Fatos e mitos, a experiência vivida. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1970.

CARDOSO, Lourenço, A branquitude acrítica revisitada e a branquitude. Revista da ABPN, v. 6, n. 13, mar. – jun. 2014, p. 88-106, Florianópolis, ABPN, 2014.

CHOMSKY, Noam, A Manipulação dos Media. Os efeitos extraordinários da propaganda, Lisboa, Editorial Inquérito, 2002.

COSTA, Sérgio, Dois atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.

CRENSHAW, Kimberle W., A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília, Unifem, 2004.

FOUCAULT, Michel, Em defesa da Sociedade. Cursos no College de France (1975-1976), São Paulo, Martin Fontes, 2005.

FREITAS, Jânio. Os alvos esquecidos, Folha de S. Paulo, São Paulo, 18-01-2015, ind <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/204508-os-alvos-esquecidos.shtml>.

GOMES, Nilma Lino, "Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra", In: Beleza negra: representações sobre o cabelo, o corpo e a identidade das mulheres negras, Belo Horizonte, EDUFRRB / Fino Traço, 2016.

_____. Educação, Raça e Gênero: relações imersas na alteridade. Cadernos Pagu, Publicação do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, Campinas, Unicamp, p. 67-82, 1996.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo, Racismo e Anti-racismo no Brasil, Novos Estudos, CEBRAPN. ° 43, novembro 1995, pp. 26-44.

INIESTA, Ferran, El Planeta Negro: Aproximación Histórica a Las Culturas Africanas, Madri, Ed. Catarata, 2001.

IPEA- Retrato das desigualdades de gênero e raça. Acesso em 1 de nov. de 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/retrato/edicoes_antteriores.html.

- IPEA e SEPIIR-Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Situação Social da População Negra por Estado, Brasília, IPEA, 2014. In http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_situacao-social-populacao-negra.pdf

-LAESER(Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Sociais), "Tempo em Curso", Rio de Janeiro, Instituto de Economia da UFRJ. Julho/2014 .

MONTEIRO,Adriano Domingos, "A Emergência de um (Novo) Cinema Negro Brasileiro: Representação, Identidades e Negritudes", in Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – São Paulo - SP – 05 a 09/09/2016. Disponível em <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-0554-1.pdf>. Último acesso em 28/09/2017.

NETO, Ricardo Bonalume, "Acadêmicos' mais uma vez atribuem ao colonialismo europeu caso de barbárie", São Paulo, jornal Folha de S. Paulo, 16/01/2015, in <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/204241-academicos-mais-uma-vez-atribuem-ao-colonialismo-europeu-caso-de-barbarie.shtml>

Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Federação Nacional dos Jornalistas (FENARJ), Perfil do jornalista brasileiro, Florianópolis, UFSC, 2012.

ROSEMBERG, Fúlvia, Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. Revista Estudos Feministas, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth I.B., O poder do macho, São Paulo, Moderna, 1987.

SAID, Edward W., Representações do Intelectual. As Palestras de Reith de 1993, Lisboa, Edições Colibri, 2000.

SANTOS, Milton. Ser negro no Brasil hoje. Folha de S. Paulo,São Paulo, 07-05-2000, disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/772221/mod_resource/content/1/Se.pdf

SCHURMANS, Fabrice, Recensão de "Selma Pantoja, Edvaldo A. Bergamo, Ana Cláudia da Silva (orgs.) , África contemporânea em cena. Perspectivas interdisciplinares. São Paulo, Intermeios", in e-cadernos ces[Online], 26, 2016, in <http://ecses.revues.org/2170>, citação à pg. 161.

_____ "De Hannah Arendt a Nicolas Sarkozy: leitura poscolonial do discurso africanista", .In MARTINS, Catarina et. al. (Org.), Novos Mapas para as Ciências Sociais e Humanas: artigos pré-Colóquio, e-Cadernos, Coimbra, CES, p. 10-11-12, 2008.

SILVA, Tatiana Dias, "Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda", In: Mariana Mazzini Marcondes, Luana Pinheiro, Cristina Queiroz, Ana Carolina Querino, Danielle Valverde. (Org.). Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. 1ed.Brasília, IPEA, 2013, p. 109-132.

WOLF, Naomy. O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Tradução de Waldéa Barcellos, Rio de Janeiro, Rocco, 1992.

ZAMPARONI, V. Estudos africanos no Brasil: Veredas. Revista de Educação Pública, v.04, n.05, pp. 105-124, 1995.